

**José Reis** é professor catedrático da Faculdade de Economia da Faculdade de Economia de Coimbra, coordenador do Observatório sobre Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais da mesma universidade e presidente da Associação Portuguesa de Economia Política.

## **“Precisamos de um programa de insubmissão”**

**José Reis**

Entrevista por José Vítor Malheiros

*Em “Cuidar de Portugal: Hipóteses de Economia Política em tempos convulsos”, o último livro de José Reis, o autor defende a invenção e a adopção de uma “economia do cuidado”, alternativa a uma economia financeira globalizada e de especulação que não tem como preocupação central a satisfação das necessidades das pessoas, e fala das possibilidades abertas pela actual pandemia para colmatar as vulnerabilidades do nosso “país frágil”. Foi este o mote para a nossa conversa.*

**Com a actual pandemia, parece existir um reconhecimento universal da importância da esfera pública e da centralidade da acção do Estado para garantir a segurança e a saúde dos cidadãos e garantir o funcionamento da economia do país. Tudo sectores onde muitos nos garantiam há um ano que o melhor que se podia fazer era deixar espaço ao mercado e que tudo o que o Estado devia fazer era afastar-se.**

**Acha que a pandemia representa realmente uma oportunidade de recolocar o Estado no centro da acção política? Em que consiste essa oportunidade? Como a podemos aproveitar e explorar?**

Que é necessário recentrar o papel do Estado, é! Que é possível, também. E que há uma novidade, que é a urgência da situação que vivemos, também é evidente. Mas apenas será possível fazê-lo com uma forte luta política.

Só que tudo isto, a meu ver, está sujeito a uma condição difícil de garantir: é necessário que tenhamos capacidade para radiografar o que é o Estado hoje e para identificar as suas enormes vulnerabilidades.

**Quais são essas vulnerabilidades?**

O Estado está confinado e o seu poder foi diminuído. Por várias razões. Em primeiro lugar porque, ainda que o Estado seja a entidade soberana de um país, aquilo sobre que deve agir (a comunidade, a economia) foi algo que se diluiu profundamente, porventura com incentivo do próprio Estado, nas malhas de uma economia internacional determinada por lógicas financeiras de mercado. O poder do Estado sobre a sua comunidade é hoje diminuto. Posso dar um exemplo muito concreto: provavelmente o primeiro poder e a primeira forma de legitimação de um Estado é a própria população de um país. Mas no nosso país, nos últimos anos, tem atravessado as fronteiras, todos os anos, entre emigrantes permanentes e temporários, um número de pessoas que é equivalente à população de Coimbra. É como se Portugal expulsasse, todos os anos, a população de uma cidade da dimensão de Coimbra. Isto significa que o Estado tem hoje

um escassíssimo poder sobre esta realidade política que é o próprio país enquanto comunidade, enquanto conjunto de pessoas.

Podemos falar dos mercados financeiros. O Estado já foi o soberano, criador de moeda. Hoje já não é. O Estado tinha, até há poucos anos, o poder de definir coercivamente os mercados financeiros, de lhes impor restrições mas hoje não dispõe desse poder.

O Estado não domina sequer a sua despesa. Fala-se muito da despesa pública e do papel do Estado na economia, mas quanto da despesa pública resulta da deliberação do próprio Estado? É ele que a executa mas não é ele que a decide. Uma grande parte dessa despesa resulta da dívida pública, outra das entidades que se assumiu que o Estado é obrigado a socorrer (como a banca), outra grande parte das relações que o próprio Estado cria mas que não domina, como se vê com as Parcerias Público-Privadas na Saúde ou com a condição de cliente de entidades privadas em que o Estado se colocou em matéria de saúde e que implica despesas que o Estado acaba por não conseguir controlar. A despesa pública não é algo que resulte de uma capacidade de deliberação do Estado.

Outro exemplo da redução do poder do Estado é o próprio território. O Estado desinteressou-se do território, desinteressou-se das cidades médias, dos sistemas industriais tal como existiam localizados no nosso país e desinteressou-se da floresta (ainda que tenha de ir combater os incêndios quando eles ocorrem). Qual é o domínio do Estado sobre o seu território? Nós hoje temos manchas do território português que se esvaziaram não só de população mas de vida material. O Estado ainda tem domínio sobre isso? Não tem. Podemos até perguntar-nos se os 90.000 quilómetros quadrados que compõem o rectângulo português ainda existem.

Em suma: a necessidade da acção pública é enorme, é possível fazê-lo, mas não é possível fazê-lo se quisermos que essa dimensão pública se resuma a um papel do Estado como criador de mercados. Nesse caso será o Estado que vai soçobrar.

Poderia acrescentar outra vulnerabilidade que é a da Administração Pública. A Administração Pública foi - e ainda é em grande medida - um corpo técnico competente, mas uma enorme quantidade das competências da Administração Pública foi delegado em *outsourcing* a entidades privadas. Escritórios de advogados, empresas de consultoria, etc.. O Banco de Portugal já teve (para o bem ou para o mal) capacidade de lidar com a banca, mas hoje entrega esse serviço a consultoras. Essa é outra enorme vulnerabilidade do Estado. Há necessidade de reconstruir o Estado como Administração.

**O Estado não só alienou esse poder em termos formais como destruiu a sua capacidade de o exercer. E, quando alienou esse poder, alienou-o para agentes disseminados a nível globais, sobre as quais não temos influência, sendo muitos deles não só poderosos como anónimos, como os mercados financeiros. E realizou muitas dessas transferências de poder assumindo responsabilidades contratuais estendidas no tempo, que constituem um colete-de-forças jurídico. O Estado poderá recuperar esse poder?**

Não sei se teremos a capacidade política de o fazer. Mas acho que devemos assumir que é possível e é necessário incluir isso na visão política da esquerda. Há alguns exemplos de como isso se pode fazer. Vimos o caso do debate com a Europa sobre o primeiro orçamento do Governo anterior. Foi possível ao pobre Estado português criar uma tensão da qual houve resultados positivos, apesar das condicionalidades que a União Europeia nos quis impor. O Estado é uma entidade que ainda tem capacidade para criar tensões e ganhar essas tensões junto daqueles o diminuem. Estou a falar da União Europeia, um grande agente desta diminuição do papel dos Estados, mas estou também a falar dos sistemas bancários e dos mercados de capitais. O Estado tem capacidade de criar essas tensões e tem capacidade de insubmissão. Do que precisamos é de um programa que, sendo público e sendo do Estado, seja também um programa de insubmissão. Mas temos de saber que política queremos.

**E há actores com a vontade, a capacidade e o poder necessário para desenhar e pôr em prática essa política? E existe apoio social para essa política? Será que algo mudou verdadeiramente na relação de forças na sociedade que nos permita esperar que seja possível criar um novo modelo de economia e de funcionamento da sociedade social e politicamente sustentável?**

Nós precisamos de interpelar dois actores, no contexto em que estamos a falar. Um desses actores chama-se “esquerda”, a esquerda portuguesa, e o outro é a própria realidade social, os actores sociais, o protagonismo social. Penso que este último ponto é o mais urgente. Nas circunstâncias em que estamos a viver com a pandemia, este sector pode ser mobilizado, chamado à consciência cívica e pública. É possível esclarecer, evidenciar as condições em que se prestam cuidados de saúde e discutir se a saúde deve ter esta forma de provisão pública ou aquela. O grande interpelado aqui tem de ser a esquerda, os partidos de esquerda. A esquerda tem uma agenda para isto ou não? Acho que neste momento não tem.

**Como é que pode não ter? Essa agenda não é a própria razão de ser da esquerda?**

Não tem, penso eu, por um conjunto de coisas. Vários partidos de esquerda (estou a falar de uma forma geral) encerraram-se em agendas muito parcelares, muito limitadas e até, porventura, em demasiadas agendas identitárias. Não quero desvalorizar essas agendas identitárias, mas falo delas enquanto agendas que obstaculizam uma agenda programática que passasse por tudo aquilo que referimos. E temos sempre o eterno dilema do PS (e eu coloco o PS na esquerda) que se coloca entre uma sobranceria gestionária e de racionalidade formal da política e as responsabilidades do PS com a esquerda, que se podem reconhecer naquilo que se passou na esquerda portuguesa nos últimos quatro anos.

Portanto, a esquerda não tem esta agenda. Pode tê-la? Pode.

**Em que consiste essa agenda em termos concretos?**

A principal urgência é esta: temos em Portugal hoje em dia demasiados desapossados, demasiada gente desamparada, e essa gente procura e exige uma resposta política. Essa resposta política vai aparecer e seria um drama se não fosse dada pela esquerda.

Mas é por calculismo eleitoral que a esquerda precisa dessa agenda programática? Não. É precisamente porque é esquerda.

Quais são os termos dessa agenda política? Penso que é relativamente fácil defini-los. Basta olhar mais uma vez para as vulnerabilidades que eu referi, que fomos acumulando há muito tempo, e que nós fomos disfarçando à custa de algo de bom que ainda subsistiu no Serviço Nacional de Saúde, na escola pública e na Administração Pública - que ainda é notável, apesar de tudo.

A ordem aqui não conta mas a primeira agenda pode ser a agenda do próprio Estado, quer o Estado provisor de serviços colectivos quer o Estado-administração. Depois a agenda do sistema de emprego e do sistema produtivo. No sistema de emprego temos hoje um enorme desperdício das nossas capacidades e até da dignidade que é preciso dar ao trabalho. A desvalorização do trabalho é algo que tem de parar. O tema da legislação do trabalho e da contratação colectiva, de toda a arquitectura jurídica da legislação do trabalho é algo que é essencial, não apenas porque há precários e situações muito instáveis no mercado de trabalho, mas porque precisamos de criar um sistema produtivo muito mais robusto. Nós achamos que exportamos mas não damos conta de que estamos a exportar aquilo que previamente importámos e que incorporamos nessas exportações. Mais de 40% das exportações portuguesas são componente importada. Devia ser muito menos! A componente nacional nessas exportações devia ser muito mais elevada. Isto em si exige um programa de industrialização e de qualificação da produção em Portugal e de quebra da dependência que é muito importante. Isto não é pouco: estamos a falar de relações laborais, de capacidade de criar riqueza, de quebra da dependência dos mercados externos, de quebra do endividamento da economia e, mais do que isso, de criar robustez no país.

Depois temos a questão do território que é crucial. A evolução do território não acontece por si própria, decorre de variáveis que a determinam. A mais forte dessas variáveis é a criação do que eu chamo um modelo unipolar. Todas as dinâmicas boas ou más que ocorreram na sociedade portuguesa e na economia portuguesa estiveram concentradas em Lisboa. Acontece que muitas dessas dinâmicas até foram más: foram de precarização do mercado de trabalho, de uma especialização pouco criadora de valor (como mostra o exemplo do turismo) e foi de grande submissão às lógicas financeiras (como mostra o exemplo do imobiliário). Hoje temos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa que, entre 2001 e 2019, cresceram demograficamente 50 por cento. E isto num país que perdeu nos últimos dez anos quase 3 por cento da sua população e num cenário onde quase todas as cidades médias perdem população, algumas de forma

muito significativa. O que está em causa é a economia dessas regiões. Desmontámos as indústrias que ali tínhamos e o que temos neste momento é um enorme desperdício do território. É fundamental recuperar isto. Porque as relações industriais, as relações de emprego, a própria capacidade do Estado ser activo como administração depende da existência de uma malha nacional com a qual o Estado se articule.

**Está a falar da necessidade de um reforço da capacidade produtiva a nível nacional, de uma reindustrialização (em sentido lato, que inclui também os serviços) que permita uma muito maior incorporação de valor nacional. Mas a evolução que relata fazia sentido no âmbito da narrativa da globalização que toda a gente aceitou (incluindo muita esquerda) que é a narrativa da globalização, que nos diz que não faz sentido produzir localmente algo que pode ser produzido mais barato no outro lado do mundo e que não devemos preocupar-nos com a nossa autonomia em termos de produção mas apenas com a nossa inserção nas cadeias internacionais de valor. Hoje, a pandemia, com a redução drástica da mobilidade internacional e as limitações à exportação de produtos essenciais veio alterar essa ideia e veio até tornar aceitável a ideia de auto-suficiência em certos sectores. Devido a este choque, acha que existe hoje uma base de apoio, social e política, a essa mudança que preconiza, à adopção de uma política industrial nacional?**

Existe apenas de forma muito superficial. O melhor exemplo é o Plano de Recuperação e Resiliência do António Costa Silva onde ele fala de reindustrialização e fala bem...

**Mas essa reindustrialização não é a mesma velha inserção nas cadeias de produção internacionais?...**

Ora aí está! Eu tive oportunidade de falar com ele e disse-lhe que achava importante que tivesse dito o que disse, porque ajudava à discussão, mas que a sua noção de Portugal não era de Portugal como um país mas de uma mera plataforma económica. E esse é o problema. Penso que há algum consenso, que muita gente está de acordo com a ideia do reforço da capacidade nacional, mas esse acordo é muito superficial.

**No entanto, é necessário decidir entre essas duas visões, principalmente no actual contexto da afluência dos dinheiros da UE... De que forma se pode e deve aproveitar essa oportunidade?**

Impondo condicionalidades na aplicação desses dinheiros em tudo o que tiver a ver com o sistema produtivo. Não há nenhuma razão para que não sejam impostas, ao nível dos instrumentos de política, ao nível regional ou outro, condicionalidades do ponto de vista dos processos produtivos, da organização do sistema produtivo num determinado ramo ou sector industrial, até do ponto de vista dos fornecimentos. A aplicação desses fundos pode ser absolutamente essencial.

**No seu livro “Cuidar Portugal” fala de “auto-suficiência-produtiva”. E explica que isso não significa que o país se feche, não significa produzir tudo aquilo de que precisamos em regime autárquico. Mas como se estabelecem os limites dessa auto-suficiência? Que critério nos permite defender uma política de reindustrialização que nos permita reduzir uma parte significativa das importações, não estar dependente do mercado externo para**

**fornecimentos essenciais mas, ao mesmo tempo, não nos precipite numa lógica de protecționismo que dê origem a enormes ineficiências?**

A auto-suficiência deve ser um instrumento de pensamento que é o oposto de “dependência”. O objectivo permanentemente perseguido deve ser quebrar dependências que reconhecemos como vulnerabilidades.

**Pode dar um exemplo?**

Um exemplo simples que já usei muitas vezes é o das bicicletas, mas podemos falar dos automóveis ou de muitos outros bens industriais que produzimos (ou não produzimos). Há trinta anos, havia regiões portuguesas que estavam envolvidas em processos de inovação muito significativos, a diversificar o que faziam e havia bicicletas que eram integralmente produzidas através das interacções entre diferentes empresas de uma mesma região. Eu estudei isto nos anos 80 e, para minha surpresa, quando voltei a estas regiões dez anos depois, reparei que havia muito mais trabalho feminino naquelas empresas, o que parecia ótimo, mas se devia ao facto de eles se terem transformado em empresas de montagem de peças importadas. Isto além de o valor dos salários serem mais baixos e de o valor das bicicletas, incluindo o valor da componente nacional dessas bicicletas, também ter diminuído. Não se trata de defender o isolamento, nem o protecționismo, nem a auto-suficiência em sentido absoluto. Trata-se de assegurar a maior coerência possível deste processo de produção. Faz todo o sentido que, quem delibera sobre isto, diga que não faz sentido financiar um investimento que vai ter um conteúdo importado de 70 por cento na sua produção. Pode considerar-se aceitável que seja 30 ou 50 mas não 70 por cento. O objectivo de redução constante da dependência externa deve ser um objectivo de política económica e da organização da produção.

O défice da balança de bens industriais está a caminhar para 8 por cento do PIB, o que é um número muito significativo. O ministério da Economia deve ter uma capacidade de monitorização da capacidade industrial do país que tenha presente e que traga à discussão pública estes dados sobre a componente importada, o défice industrial, a capacidade de aumentar a incorporação nacional. A minha lógica não é protecționista nem isolacionista. É guiada pelo objetivo de redução da dependência. É que o problema é que se trata de verdadeira “dependência” e não de “interdependências”.

**No limite trata-se, realmente, de equilibrar as dependências.**

Precisamente. O que queremos dizer quando dizemos que a economia portuguesa é periférica? Que há desequilíbrios estruturais, profundos e que se repetem. Desequilíbrios no mercado de trabalho, nas relações financeiras e de capitais, desequilíbrios no sistema produtivo. Viveríamos bem com uma lógica de equilíbrio de interdependências, mas sabemos que isso não acontece naturalmente. A economia é economia política e há lógicas de poder que criam estes desequilíbrios. O papel do Estado num país é repor alguma ordem nesses desequilíbrios de poder.

**No seu livro “Cuidar de Portugal” defende uma “economia do cuidado”. Uma economia que se sobrepõe à economia do lucro e da especulação. A proposta parece uma mera questão de bom senso: uma economia que cuide de nós, produzindo aquilo de que as pessoas precisam e não aquilo de que não precisam. Mas como é que esta economia pode substituir o espaço ocupado não só pela economia financeira mas pela economia tal como a conhecemos, baseada na obtenção de lucro independentemente do valor social daquilo que produz? E quais são os primeiros passos a dar nesse caminho?**

A economia do cuidado que defendo é uma forma de economia política. É uma forma de organizarmos e de orientarmos as nossas deliberações, as do Estado, as dos sectores industriais portugueses, a da política industrial, a da política de financiamento. A primeira coisa a ter em conta é que, por ser uma forma de economia política, está relacionada com a maneira como deliberamos, com as decisões que queremos tomar tendo em vista determinados objectivos. O objectivo é assegurar uma economia de provisão, de satisfação de necessidades, de quebra das dependências (voltamos à questão da dependência) e - o que é muito importante - uma economia que tem poder sobre si própria e que não é uma mera plataforma que serve os fluxos económicos internacionais. É uma economia ao serviço das pessoas. Eu não estou necessariamente (ainda que gostasse que assim fosse) a substituir uma economia do lucro por uma economia da reciprocidade. Podemos estar no mesmo quadro de organização capitalista mas num quadro regulado, governado e orientado por estes valores. Podemos falar de produzir o mesmo bem industrial, com o mesmo lucro e os mesmos actores, mas devemos produzir esses bens para satisfazer determinadas necessidades e não através de uma rápida compra no estrangeiro mas através de uma organização da economia nesse sentido.

**Mas como se faz a transição? O paradigma actual é de inserção em cadeias internacionais de produção, de aposta numa inovação que está mais ao serviço da produção de necessidades que da satisfação de necessidades e a nossa capacidade instalada serve estes princípios. Como se começa a caminhar nesse sentido?**

Há um instrumento essencial para isso: o planeamento. O planeamento engloba deliberação e prossecução de determinados objectivos, isto é, a definição de condicionalidades para atingir determinados objectivos de política económica. Se eu definir um determinado objectivo devo criar condicionalidades na economia que sejam compatíveis com esse objectivo. Muitas das coisas sobre as quais os ministérios da Economia e do Planeamento deliberam podem incluir condicionalidades que vão no sentido da quebra de dependência. Para que, daqui a 5 anos, se ocorrer outra situação de crise, o grau de aprovisionamento de coisas essenciais, de auto-suficiência, seja significativo, quando antes era diminuto.

**Mas vivemos há décadas um processo de financeirização da economia e uma das coisas que isto quer dizer é que os investidores ganham muito mais dinheiro quando não fazem nada mas compram um papel na Bolsa do que quando produzem um bem industrial. É possível**

### **criar essa economia do cuidado sem restringir práticas financeiras não produtivas que proporcionam maiores lucros?**

Não tenho dúvidas de que políticas desta natureza vão implicar tensões. Haverá tensões, por exemplo, com a política da concorrência da União Europeia, que é absolutamente liberal e anti-estatista. Não tenho dúvidas de que os passos a dar serão sempre passos pequenos e passos difíceis. Estamos a falar de um mundo que é absolutamente hostil a posições deste tipo. Portugal não pode alterar o que se passa no mundo financeiro global mas pode, relativamente a si, estabelecer determinadas reservas. O Estado é, apesar de tudo, um agente poderoso e pode criar formas de insubmissão e formas de tensão. Não chegaremos a isso a não ser por pequenos passos. Mas há oportunidades que devemos saber aproveitar. Todos nós rejubilámos quando vimos a indústria têxtil reconverter-se para começar a produzir máscaras ou a indústria da cerveja começar a produzir álcool. Como se passa disto para um nível mais elevado? Com grande acção pública e com a introdução de condições desta natureza no sector automóvel, na metalomecânica, na indústria alimentar e nas outras.

**Todas as ideias que tem exposto contrariam frontalmente o que tem sido a política económica da UE, aceite praticamente sem discussão e seguida obedientemente em todos os Estados-Membros. Portugal não é a única economia periférica da UE e poderíamos encontrar aliados num eventual confronto com a UE, mas qual seria o desfecho? No livro não põe em causa a inclusão de Portugal na UE mas apresenta como provável um cenário de fragmentação ou fractura da UE e fala de um novo espaço europeu a construir. Que fragmentação ou fractura é essa? Que novo espaço europeu poderia ser esse?**

É algo que eu não sei o que é. Assumo que o quadro europeu em que estamos inseridos é um quadro muito pesado do qual não se sai por simples vontade e sem grandes complicações. Mas nunca fui tão além como agora nesta reflexão. A pandemia tornou estas questões muito claras. Apesar de vir agora dinheiro da UE, nenhum de nós se vai esquecer daqueles dias terríveis de negociação dessas ajudas, em que a Europa mostrou toda a sua natureza. E dei comigo a encarar uma desconstrução da União Europeia, não sei de que modo.

### **Desmontar e fazer de novo?**

Não sei se é possível fazer de novo. Eu gostaria muito porque gosto muito do tópico da refundação europeia, mas sei a ingenuidade que isso comporta. Eu não sei identificar os processos de cooperação e de criação de solidariedades na Europa que poderiam amplificar estas tensões de que estou a falar para algo mais do que aquilo que um país pode fazer por si. Até porque não temos um bom histórico de processos de solidariedade entre países europeus nas mesmas situações, designadamente entre os países da Europa do Sul. Mas admito que venhamos a ter situações muito dramáticas que alterem o quadro actual. Admito que o quadro dos países da Europa do Sul é aquele



onde essas formas de solidariedade e de contraposição possa ter mais ganho, mas não consigo manifestar isto senão como um desejo.

**Uma ideia que atravessa todo o seu livro é a do regresso à política como deliberação colectiva, a do sonho democrático. Mas muitas das ideias que criticamos, da financeirização da economia à privatização de serviços públicos, não só foram adoptadas através de processos democráticos como possuem enorme apoio social. E assistimos hoje a uma crescente sedução de algumas camadas sociais pelos populismos de direita. Quando faz a defesa dessa deliberação colectiva não estará a colocar demasiada esperança na democracia, naquilo que são as aspirações profundas das pessoas? Não será melhor dissolver o povo e eleger outro?**

Penso que nunca é demais colocarmos a nossa confiança e a nossa ambição na deliberação colectiva. A minha confiança reside numa coisa muito simples: nós, hoje, temos a possibilidade de trazer para a esfera do debate democrático e da deliberação democrática, um conjunto de problemas, de diagnósticos, de dados, de formas de pensar assentes no que a pandemia nos revelou. Acredito que estamos num momento em que podemos trazer para o debate tudo aquilo que é fundamental alterarmos. Estamos num momento em que se tornaram particularmente evidentes os problemas, as vulnerabilidades, as dependências produtivas, o escasso nível de satisfação das nossas necessidades. Podemos demonstrar com particular clareza como as formas de precarização do trabalho que temos são insuportáveis. Podemos demonstrar que esquecemos a agricultura, que diminuámos o território, com todos os problemas que isso acarreta. E é possível perguntar: “Perante isto, o que é que queremos?” Acredito que temos aqui uma oportunidade para uma deliberação democrática sobre alternativas, sobre outras formas de reorganizar o país.

**Escreve no seu livro que “o futuro pode ser feliz”. Acha que, por causa da pandemia, o futuro pode ser feliz?**

Pode. Mas só depois de encontrarmos razões para superar as nossas angústias.

**Depois da austeridade dissemos que nada iria ficar na mesma. Tínhamos compreendido o carácter predatório da economia financeira, os malefícios dos mercados financeiros nunca regulados, as políticas de geração de desigualdade da União Monetária. Tudo isso iria mudar. Não mudou. E, se não mudámos depois do choque da austeridade, da pauperização brutal, da humilhação internacional... por que razão mudaríamos agora? Será que, uma vez passado o choque inicial da pandemia, depois de termos um tratamento, ou uma vacina, ou depois de nos habituarmos, voltaremos ao velho normal, com as mesmas vulnerabilidades? Será que algo vai mudar de forma mais duradoura?**

Acho que é possível, útil e necessário que nós construamos e ponhamos em cima da mesa um discurso de mudança e que nos leve a alcançar robustez onde agora há fraquezas e vulnerabilidades. Esse discurso é um discurso necessário e é possível realizar esse confronto democrático de ideias. Quem vai ganhar esse confronto? Sei quem gostava que o ganhasse. Mas não sou capaz de fazer um discurso optimista. Qual foi a

discussão substantiva, séria, capaz de resolver algum dos problemas que todos identificámos, que fomos capazes de consolidar na sociedade portuguesa nestes últimos seis meses? Nenhuma.

E, como tenho uma noção dos diferentes poderes neste domínio, acho que a capacidade de controlar e dirigir o que se vai fazer na sociedade, o poder, está mais do lado que procurará manter os processos de submissão e de sujeição de pessoas e de países. Por isso, não estou optimista.

**Essa incapacidade de levar a cabo essa discussão não tem também a ver com os próprios instrumentos de controlo da pandemia que nós usamos (máscaras, distanciamento social, redução de encontros)?**

Acho que essa hipótese tem sentido. Tudo o que a pandemia nos obrigou a ser vem diminuir, evidentemente, muito dessa capacidade. A democracia, o activismo cívico é, por natureza, de co-presença, não de distanciamento. Objectivamente, independentemente do que cada um de nós pense sobre esses instrumentos, não há volta a dar. A pandemia diminuiu-nos. Diminuiu-nos individualmente, colectivamente e diminuiu a capacidade da tal deliberação democrática. A democracia vai ressentir-se muito e, enquanto capacidade e enquanto força, fica seriamente abalada.

O que podemos fazer? Acho que há uma coisa realmente essencial: saber se somos capazes de trazer o diagnóstico, a exemplificação, a ilustração para o debate democrático. Precisamos, muito mais do que em qualquer outro momento, da dimensão argumentativa da democracia e de trazer para a deliberação democrática essa argumentação.

FIM